

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LISIANE DE LIMA DOS SANTOS

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL

Porto Alegre

2024

Lisiane de Lima dos Santos

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Adolar Koch

Porto Alegre

2024

Lisiane de Lima dos Santos

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Adolar Koch

APROVADO EM: Porto Alegre, 19 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Adelar Koch - Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Patrice Schuch - Departamento de Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS)

Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz – Departamento de de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Para Josefa, minha mãe, pelo companheirismo e dedicação em que me acompanhou nesta jornada. Para, Jorge, Luzinete e Berenice, ao meu pai e as minhas tias de companheiras de jornada. Essas mulheres por me compreender nos momentos do trabalho árduo e estarem disposto a percorrer todo o caminho da vida ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A deus e a minha família pela mulher que me tornei, ao curso de Políticas Públicas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao professor orientador pela contribuição da conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho reflete sobre a importância da história e das políticas públicas para mulheres lésbicas, além de abordar o enfrentamento da desigualdade social que as mulheres enfrentam na sociedade. O estudo traz a história de preconceitos sofridos pelas mulheres lésbicas e eventos marcantes desde a época da ditadura. Também é citada a referência à lei específica para mulheres lésbicas, elaborada pelo PSOL. Além disso, o trabalho menciona o primeiro LesboCenso feito para mulheres lésbicas e as políticas públicas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Este trabalho foi elaborado para que a comunidade e a sociedade reconheçam a história das pessoas lésbicas e para que haja mais políticas públicas direcionadas às pessoas que se relacionam com indivíduos do mesmo sexo.

Palavras-chave: desigualdade social, mulheres lésbicas, LesboCenso, comunidade, sociedade, doenças.

RESUMEM

Este trabajo desarrolla una reflexión sobre la importancia de la historia y las políticas públicas para las mujeres lesbianas, y el enfrentamiento de la desigualdad social que tienen las mujeres en la sociedad. Podemos mencionar que esta obra trae la historia de los prejuicios sufridos por las mujeres lesbianas y los hechos notables que se han venido dando desde la época de la dictadura. También se menciona la referencia a la ley específica para mujeres lesbianas que son léxicas hecha por el PSOL. Podemos citar en este trabajo el primer LesboCenso realizado para mujeres lesbianas y el de políticas públicas para la prevención de enfermedades de transmisión sexual. Este trabajo se hizo para que la comunidad y la sociedad tengan su historia de las personas lesbianas citadas y que haya más políticas públicas para las personas que tienen relaciones con personas del mismo sexo.

Palavras-chave: desigualdad social, mujeres lesbianas, Lesbocenso, comunidad, sociedad, enfermedades.

SIGLAS

CMSP	Câmara Municipal de São Paulo
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SENATP	Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política
UFRP	Universidade Federal do Paraná
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais
ABL	Articulação Brasileira de Lésbicas
CDC	Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos
SENALE	Seminário Nacional de Lésbicas
SINAN	Sistema de Informação de Agravos e Notificação
UFRP	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA?	12
2.1	Conceito.....	13
2.2	Objetivo.....	13
2.3	Funcionamento	13
2.4	Conceito de Gênero	14
2.5	Conceito de Cidadania de Gênero	16
2.6	Fato Histórico de Gênero no Brasil	17
3	POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES E LÉSBICAS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA AS MULHERES E OUTRAS INICIATIVAS	19
3.1	Projeto de Lei nº 3.278/2023 Das Sras. Duda Salabert, Tabata Amaral, Camila Jara e do Sr. Pedro Campos.	20
3.2	1º Lésbica Censo Nacional	21
3.3	Política Pública de Prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis para mulheres lésbicas	23
4	MOVIMENTOS SOCIAIS LÉSBICOS E O CASO CASSANDRA RIOS.....	25
4.1	Pautas de Movimento Lésbicas no Brasil da Comissão de Igualdade Racial e Comitê Interinstitucional Pró Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Essas pautas são do movimento que regem normas para construção de enfrentamento de preconceito e pautas importantes para as mulheres lésbicas.....	27
4.2	A operação Sapatão	30
5	ENTREVISTAS.....	32
5.1	A abordagem e métodos das entrevistas	37
5.2	Conclusão das entrevistas	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O presente tema são as políticas públicas para as mulheres lésbicas e foi escolhido como central porque temos poucas políticas públicas que defendem o direito das mulheres lésbicas. Além disso, faz-se necessário colocar esse assunto em evidência frente ao número de crimes de violência contra as mulheres devido à sexualidade. O tema das políticas públicas para as mulheres lésbicas motivou-se porque é pouco comentado em universidades, pesquisas e áreas de atuação devido ao preconceito que as mulheres lésbicas enfrentam no Brasil. Menciona-se, ainda, que a falta de políticas públicas e a falta de atenção colocam as mulheres lésbicas em risco de violência sexual e doméstica (Conceito de políticas públicas para as mulheres lésbica de cunho próprio).

Sendo assim, pretende-se apontar que o tema políticas públicas para as mulheres lésbicas tenha como objetivo as pesquisas e ampliação de conhecimentos para a sociedade em geral, além do combate ao preconceito com as mulheres lésbicas. O objetivo geral das políticas públicas para as mulheres lésbicas é prestar informações e auxiliar as pessoas de todas as classes, mas principalmente mulheres lésbicas que enfrentam, ainda, o preconceito quando possuem baixa renda.

No presente texto, destacamos Cassandra Rio, uma das pioneiras de enfrentamento ao combate do preconceito às mulheres lésbicas. A Cassandra Rios foi uma autora lésbica com 38 obras na época da Ditadura Militar. Referimos que a obra feita por Cassandra Rios foi censurada e que não chegaram a ser publicadas devido a época da ditadura militar no Brasil. Mesmo assim, a autora não deixou de publicar os seus romances lésbicos e compartilhar histórias de amor para as mulheres no Brasil.

Outro ponto citado no presente trabalho, é a “operação sapatão” que as mulheres lésbicas que frequentavam os bares Ferros’ Bar, Bexiguinha, Último Tango e Cachação da Rua Martinho Padro em São Paulo foram atacadas de forma violenta pelo delegado Richetti e sua operação policial. Isto é, o delegado José Wilson Richetti violentava as mulheres lésbicas e as mulheres eram presas devido a sexualidade e o amor por outras mulheres. É importante citar que no texto apresentamos comemorações e datas que marcaram o movimento lésbico no Brasil.

Sublinhamos que o texto tem uma abordagem sobre o Governo e o movimento lésbico que em 2004 a 2008 – temos debates, programas, projetos, e participação governamental da população alvo. Temos também como abordagem sobre o governo e movimento lésbico a Política Pública Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, criada em 2011. No governo do Luís Inácio Lula da Silva, temos em 24 anos, a primeira representante lésbica, Fabiola Mansur do, Partido Trabalhista (PT) e primeira governante lésbica do Brasil. E também a implementação do Projeto de Lei nº 487/2023 da Vereadora Elaine de Quilombo Periférico (PSOL).

Temos como citar os eventos políticos marcantes para as mulheres lésbicas na área da saúde como a Política Nacional de Atenção à Saúde as mulheres em 2004, o Dossiê de Saúde as Mulheres lésbicas em 2006, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT em 2011, o Programa Mais Saúde 2ª Conferência Nacional LGBT em 2011, as Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Direitos, Saúde e Participação Social em 2013.

Outro tema proposto no âmbito das políticas públicas para as mulheres lésbicas são as pautas de movimento lésbico no Brasil da Comissão de Igualdade Racial e Comitê Interinstitucional Pró Lésbicas e Mulheres Bissexuais. Também é citado no texto o Projeto de Lei nº 487/2023 da Vereadora Elaine Quilombo Periférico (PSOL) e apresentado como foram criados os programas e os artigos que demandam uma responsabilidade por garantia aos direitos das pessoas lésbicas no Brasil.

Outro tema que chama atenção e está colocado no texto é o 1º Lésbica Senso Nacional criado no Brasil. Este, foi uma iniciativa que promoveu as pesquisas indicadas às mulheres lésbicas com destaque às entrevistas para as mulheres lésbicas. Ademais, expõe-se a política pública de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis para as mulheres lésbicas, bem como a importância do assunto para evitar que as mulheres que se relacionam com pessoas do mesmo sexo transmitam doenças sexuais. Por último, apresentamos as entrevistas com mulheres lésbicas no Brasil.

O presente capítulo que será apresentado cita sobre as políticas públicas em

que refere-se o que é uma política pública, e qual o objetivo de uma política pública. Também citamos a forma como é traçada uma política pública e quais seriam os atores que participam para que a política pública seja de um bem comum maior.

Também citamos os cinco estágios que são fundamentais as políticas públicas e como a autora Vanessa Elias avalia a necessidade de trabalhar as políticas públicas e como os cinco estágios são fundamentais dentro da arena. É explicado como funciona o *policy* e o conjunto de atores de como é envolvido as políticas públicas através do executivo, legislativo e o judiciário, e alguns fins próprios. Também é citado sobre os eletistas, e avaliação como sendo a última etapa de implementação de uma política pública.

Temos o conceito de política pública para as mulheres lésbicas sendo fundamental, e como datas comemorativas são importantes para celebrar um desenvolvimento tão importante. Também é citado sobre o funcionamento das políticas públicas para as mulheres lésbicas. Além do funcionamento das políticas públicas para as mulheres lésbicas e reiteramos o objetivo dessa política pública.

O texto abaixo cita o conceito de gênero e a importância do gênero as políticas públicas para as mulheres e mulheres lésbicas. Temos no texto trabalhado o conceito de cidadania de gênero que é fundamental para as políticas públicas para as mulheres lésbicas que conta a história que gênero e mostra como mulheres lésbicas estão andando lado a lado, por que ser mulher em um país considerado machista e ter como sexualidade ser lésbica é um parâmetro de dificuldade social de convivência.

Temos no texto o fato histórico de gênero no país. Assim, podemos citar que o conceito de gênero e cidadania, o gênero é algo representativo nas políticas públicas para as mulheres lésbicas, porque o gênero como mulher está caracterizado como citado pelos autores que as mulheres são fortes e guerreiras, porém colocadas como um sexo frágil pela sociedade, em que não consegue resolver situações racionais. Isto é, ser mulher e ser lésbica aplica-se no método de sofrer um preconceito enraizado em nossas origens ancestrais.

2 O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA?

A política pública é um processo (com séries de etapas e regras) que tem por objetivo resolver um problema público. Isto é, traçar soluções para chegar a uma finalidade que agrade um grupo de pessoas. As políticas públicas são promovidas por agentes públicos ou privados e são exemplos de políticas públicas. Nesse sentido, são exemplos as políticas públicas para as mulheres lésbicas como atenção primária, média, e alta complexidade, os serviços de urgências e emergência, a atenção hospitalar, escolar, empresas, órgãos públicos. Como políticas públicas temos as políticas (demandas e apoios), os atores e temos *policies* (decisões e ações).

Elas envolvem cinco estágios que são a construção da agenda, a formulação da política, o processo decisório, a implementação e a avaliação. Os ciclos das políticas públicas, como citado por Vanessa Elias em *Introdutória Ciclo de Políticas Públicas*, tem a necessidade de trabalhar as fases da política, assim as políticas apresentam grandes diferenças, tanto institucionais quanto em relação a atores envolvidos, nas diferentes fases de seus processos desde a elaboração, implementação e a avaliação.

O Policy é um processo de políticas públicas em que atores diferentes, formais e informais, com diferentes poderes, envolvem-se com distintas arenas e discutem aprovação e implementação de políticas públicas. Os conjuntos de atores são envolvidos no processo da agenda, podendo ser formais (Executivo, Legislativo, Judiciário, e partidos políticos) e informais, que atuam em fins próprios (empresariado, sindicatos, ONGS, mídias). O processo decisório tem os grupos elitista, que é grupo pequeno de atores e os pluralistas, em que o grupo acredita em diferenças nas tomadas de decisões tendo preferencias diversas.

A avaliação é a última etapa das políticas como a estimativa da medida de desempenho, os insumos (*inputs*), que são os recursos financeiros, equipamentos e pessoal, os resultados (*outputs*), serviços prestados e atividades envolvidas e o impacto (*outcomes*), efeito produzido pelo resultado alcançado.

2.1 CONCEITO

Do ponto de vista teórico, a política pública de visibilidade lésbica é celebrada em 29 de agosto e discute o combate da Lesbofobia, para dar maior visibilidade lésbica no nosso país. A data escolhida foi em razão do 1º Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE) que aconteceu em 1996 no Rio de Janeiro, em que lésbicas discutiram sobre espaços, promoção de saúde, direitos sexuais, direitos reprodutivos, combate IST, HIV/AIDS e a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2 OBJETIVO

O objetivo da política pública para mulheres lésbicas no Brasil tem como parâmetro a formulação de políticas públicas especificamente na área da saúde. Isto é, o movimento de mulheres lésbicas notou que possuem demandas específicas que são inviabilizadas na atenção primária, assim diminuindo a qualidade de vida e o processo na saúde em que doenças acabam reduzindo o tratamento de chance e cura. Também a diminuição do preconceito em relação a sexualidade, temos como conhecimento reorientação sexual ou reversão a conhecida como “cura gay”, que tem como objetivo curar mulheres lésbicas que desconsideram o desejo e aceitação do indivíduo perante a sexualidade. Isto é, a política pública para as mulheres lésbicas é um desafio permanente para alcançar os direitos humanos e a proteção destes direitos.

A política pública de visibilidade lésbica tem como objetivo a correção da prática de privação de liberdade em hospitais dentre elas lésbicas forçadas a terapias de reversão e a estupros coletivos. Embora haja leis que impeçam, a Lei Cristã acaba pregando o discurso de palavras aos pais dos jovens em favor da privação no Brasil. Também como objetivo, no sistema prisional a política pública de visibilidade lésbica garante acesso a saúde básica como o fornecimento de produtos de higiene básica, atendimento ginecológico, remédios, medidas de prevenção de práticas sexuais.

2.3 FUNCIONAMENTO

As políticas públicas para as mulheres lésbicas são organizadas pelo Ministério das Mulheres e tem como propósito a promoção de estratégia para autonomia e cuidado, enfrentamento a violência e articulação de políticas públicas

para mulheres lésbicas. Assim, as políticas públicas são criadas com a participação feminina e proporcionam debates que envolvem a igualdade de gênero e estudos de pesquisas relacionadas a diagnóstico de sexualidade.

Assinalamos que a criação, o planejamento e a execução são trabalhados pelos governos Legislativo, Judiciário e o Executivo. O Poder Legislativo e o Executivo propõem as políticas públicas para as mulheres lésbicas. O Legislativo acaba criando leis referentes às políticas públicas de igualdade de gênero. O Executivo é responsável pelo planejamento e a aplicação da medida composta pelas diretrizes das Leis de defesa das mulheres lésbicas. O Judiciário verifica se as leis de proteção as mulheres lésbicas estão sendo colocadas em práticas de forma correta e obedecidas pelo parlamento.

A execução das políticas públicas de defesa para as mulheres lésbicas tem participação no nível municipal, estadual e federal. Ainda, têm uma abordagem multicêntrica em que redes de governança e organizações privadas tem como atores os políticos e o objetivo o bem comum. As políticas públicas de proteção às mulheres lésbicas são as políticas regulatórias que afetam grupos e não somente alguns indivíduos, são envolvidas rotas de economia e canais de comunicação. Ademais, infere-se que estas são pouco estáveis, pois momentos compartilhados de interesse podem alterar de outra forma a estrutura de poder. Citamos, por fim, que traz, em conjunto com a comunidade LGBTQIA+, riquezas através da economia.

2.4 CONCEITO DE GÊNERO

Desde 1970, o termo “gênero” é usado para diferenciar o sexo como feminino e masculino. O conceito de gênero explica a diferença entre homens e mulheres e não binários que são colocados em importantes questionamentos e marcados pela hierarquização do poder. Isso ocorre, principalmente, com as mulheres, no trabalho, faculdade e outros locais em que são submetidas ao descaso pelo fato de serem do sexo oposto (Conceito de Gênero UNODC).

Podemos citar que o termo gênero é marcado pelas décadas de 1980 e 1990 em que o feminismo começou a entrar em questão como pauta de levantar a bandeira pelos mesmo direitos que os homens. Sendo assim, a nossa proposta do texto atende as mulheres lésbicas, gênero feminino. O estudo das mulheres vêm

sendo observado e mostra o papel da política feminista, considerando-se o fato histórico cultural em que as mulheres são colocadas como o “sexo frágil”, mesmo com tantas políticas para evitar o preconceito. Isto é, nas doutrinas religiosas, educativas ou políticas, as mulheres acabam sendo colocadas em segundo lugar por que não são consideradas racionais para resolver um problema. Assim, vistas de forma machista pela sociedade.

Enfatizamos o conceito de gênero que as mulheres são colocadas como uma relação de poderes entre os sexos. Temos também como o conceito de gênero em relação a classe de raça e etnia. Isto é, as mulheres com classe baixa sofrem mais preconceito em relação a cargos e trabalhos ou exigências da sociedade e principalmente as mulheres pretas que acabam por enfrentar o preconceito por causa da cor em ambientes de trabalho. Isto é, as mulheres pretas são colocadas como uma última opção em um cargo de presidência ou cargos de diretorias devido a cor e o fato biológico como o sexo feminino.

O gênero é o conceito que permite a percepção sexual implicando em uma referência masculina ou feminina ou não binários. Mas, que permite que muitas mulheres acabam enfrentando a falta de sensatez da sociedade em que mulheres possam contribuir com o crescimento pessoal entre outras tarefas e até mesmo em cargos de grande concorrência.

Para a autora Cássia Maria Carloto, do texto “O Conceito De Gênero E Sua Importância Para Análise Das Relações Sociais”, cada um dos gêneros é representado por uma reprodução. Isto é, o gênero é o modelo que se impõe diariamente às pessoas da função do sexo. Assim, o gênero define como essas pessoas vão ser vistas perante a sociedade e em que grupo elas vão se encaixar. É uma produção social, cultural e sistemática da sociedade. A autora Cássia Maria Carloto cita abaixo umas palavras do autor Marx:

(...) na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Não é a consciência dos homens o que determina a realidade; ao contrário, a realidade social é a

que determina sua consciência (Marx *apud* Izquierdo, p. 199).

É observado pela autora Cássia Maria Carloto, que cada um dos gêneros é representado por uma reprodução. Já o conceito de gênero é uma classe social categórica como as feministas. Para autora Kergoat, citada no texto de Cássia Maria Carloto, o conceito de classe analisa que a reprodução de ciclo sociais ou definição do lugar da mulher só podem ser analisadas conjuntamente em que todo tem uma classe a ser determinada.

2.5 CONCEITO DE CIDADANIA DE GÊNERO

O conceito de Cidadania de Gênero pelo Comentário de Cecília Lavallo no texto Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Políticas das Mulheres, é que no âmbito público – político, as mulheres demandam maior empenho para conseguir o direito conquistado e o destaque merecido dentro de cada área. Ressalta-se que o conceito de Cidadania de Gênero, a luta pelo direito de voto e o quanto houve retrocessos até chegar em uma vitória das mulheres. Também é citado que o Brasil foi o primeiro país com direito de voto da América Latina e o reconhecimento do voto feminino, logo seguido pelo Equador (1929), do Chile e o Uruguai, como citado no texto Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Políticas das Mulheres (Conceito da UFPA-Jussara Para).

O conceito de Cidadania de Gênero equivale hoje a uma agenda feminista que tem um reconhecimento do voto, e ações afirmativas com direitos de defesa, e uma democracia paritária no país. Para o autor Cappelin, a cidadania feminista foi se institucionalizando em cenários em que existe uma desvalorização na política, a necessidade de dotações sociais para ampliar as oportunidades às mulheres. Sendo assim, o texto Cidadania de Gênero pelo Comentário de Cecília Lavallo no texto Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Políticas das Mulheres, cita a noção de gênero como analítica. O dado identifica o impacto de construções socioculturais em relação a igualdade de poder. E a cidadania de gênero é baseada como analítica e impacta na construção de mulheres no poder. Podemos citar como exemplo a Dilma Rousseff, uma candidata à presidência que foi eleita pelo público em maior parte pelas mulheres em seu campo político e sofreu um impeachment. Isto é, o seu governo foi atribuído a operação Lava Jato em que um conjunto de

investigações foi realizado pela Polícia Federal com o objetivo de analisar corrupções e lavagem de dinheiro de ministros, políticos e membros de alto escalão dos governos federal, estadual e municipais. A pergunta em questão: se fosse precedido por um homem teria sofrido com impeachment de uma forma tão rápida?

Sendo assim, o conceito de cidadania de gênero é que todas as mulheres lutam pelos seus direitos, mas, que nem sempre são escutadas pela população.

2.6 FATO HISTÓRICO DE GÊNERO NO BRASIL

O gênero feminino foi muito censurado na época da Ditadura Militar e a autora Cassandra Rios tinha 16 anos quando publicou seu primeiro livro “A Volúpia do Pecado”, uma história de amor entre adolescentes. Observa-se que na época da Ditadura as mulheres sofriam muito preconceito e existia um controle social em trabalho, educação, entretenimento. Os militares defendiam que era necessário combater os inimigos comunistas por todos os meios. Nota-se que os exemplares de Cassandra Rios foram colocados em fogueiras tendo o seu nome proibido e censurado, tendo em vista que era proibido produções de romance lésbico. A autora Cassandra Rios ficou marcada por ser a primeira mulher a publicar romances entre mulheres.

Foi citado em textos da época da ditadura que as universidades foram alvo de vigilância e intervenção dos militares e que as mulheres estudantes se opuseram à época militar. Também é citado na época que Cassandra Rios defendia os seus direitos como lésbica. Temos o caso entre as funcionárias mulheres de menores que mantinham um caso escondido e que para a ditadura seria corrigida com a imposição de valores e condutas alegadas pelos militares. O gênero feminino foi marcante na “operação sapatão”, citada anteriormente, na qual os militares, sob o pretexto de “você é sapatão”, prenderam cerca de 200 mulheres, lésbicas ou não, por terem praticados nenhum crime, apenas por serem mulheres e lésbicas.

Podemos citar que o gênero feminino sofreu perseguições na ditadura militar e principalmente as pessoas LGBTI+ que sofriam perseguições por serem pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Na época da Operação Sapatão o jornal “Chana com Chana” tinha conteúdos com a identidade cultural lésbica sendo distribuído as informações por anos e sendo proibido em 23 de julho de 1983. Sendo assim, o gênero feminino sofreu muito preconceito principalmente citado como a

mulher lésbica que queria viver o seu modo de vida diante de tantos empecilhos e violência provocados pela ditadura militar.

O presente texto das políticas públicas e legislação brasileiras das mulheres cita que é fundamental a criação de instituições estatais para proteção e contra violência de gênero das mulheres lésbicas. Sobre as políticas de defesa para as mulheres lésbicas mencionam-se: a cooperação de Leis como a Lei Maria da Penha, a Lei Carolina Dieckman, a Lei de proteção indígena para as mulheres. Além da Lei do Feminicídio, O Juizado de Violencia Doméstica e Familiar, a Lei do Minuto Seguinte, Lei Joana Maranhão. Tudo isso para proteção das mulheres e também as mulheres lésbicas que são vítimas dentro do ambiente familiar ou trabalho ou espaços públicos.

Temos no presente capítulo citado abaixo sobre o projeto de Lei n 3.278/2023 que estabelece normativas contra o preconceito para as mulheres lésbicas. Temos também o 1ª Lesbo Censo Nacional que foi um marco importante para essa política pública. Nesse primeiro Lesbo Censo Nacional foi realizado, como mostrado abaixo, um mapeamento, ações coordenadas, tendo como entrevistadas 22 mil lésbicas pelo Brasil. Ainda, nesse presente capítulo, a política pública de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis de mulheres lésbicas, e que falamos sobre o cuidado de sexo com preservativo.

Sendo assim, as políticas públicas para as mulheres lésbicas são mencionadas no próximo capítulo, englobando, a violência doméstica, também direcionada às mulheres lésbicas referida pelo projeto de Lei nº 3.278/2023 e o primeiro Lesbo Censo Nacional e a prevenção de doença sexualmente transmissíveis para as mulheres lésbicas. O presente texto abaixo mostrará o impacto dessas políticas públicas para as mulheres lésbicas.

3 POLÍTICA PÚBLICA PARA AS MULHERES E LÉSBICAS E LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA AS MULHERES E OUTRAS INICIATIVAS

As políticas públicas de gênero são criadas através das instituições estatais e participam da construção social e devem combater a desigualdade das mulheres e a igualdade dos direitos sociais. Ilustramos que há diversas ações voltadas a igualdade social e prevenção ao combate de violência contra as mulheres.

Temos a política pública de defesa da mulher a “casa da mulher brasileira”, que oferece apoio às mulheres que sofrem com violência doméstica e violação de direitos. Em 2023, as estruturas da “casa da mulher brasileira” ofereceram 197 mil atendimentos. Estão localizadas em São Paulo (SP), Campo Grande (MS), Fortaleza (CE), São Luís (MA), Curitiba (PR), Boa Vista (RR), Ceilandia (DF) e em dezembro foi inaugurada a oitava casa em Salvador (BA). Entre os serviços oferecidos estão o alojamento de passagem, promoção de autonomia econômica, socioassistência I, atendimento de saúde, também a assistência de delegacia especializada, juizado do Ministério Público e Defensoria pública.

Temos como defesa e política pública a Casa da Mulher Índigena que o Governo Federal, com o Acordo de Cooperação Técnica (ACT), implementa ações contra o combate a violência de mulheres Indígenas e a criação da Casa da Mulher Índigena sendo como objetivo a relação de biomas como a Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Pampa, Pantanal e Amazônia, com serviços e funcionamento nos territórios que participam em conjunto com Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério das Mulheres e as Mulheres Indígenas.

Podemos citar, ainda, que desde 2000 existem Leis que protejam a vida das mulheres. Uma das maiores delas é a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, a qual determina que todo caso de violência doméstica e intra familiar é crime e que deve ser apurado em inquérito policial e ser remetido ao Ministério Público. Essa Lei recebe esse nome devido à luta da Maria da Penha contra o agressor. Podemos citar como Lei Carolina Dieckman, nº 12.737/2012, uma política pública que torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos para ter dados particulares. Temos a Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2015), que oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social,

exames preventivos e informações sobre os seus direitos. Temos a Lei Joana Maranhão (Lei nº 12.650/2015), que alterou os prazos quanto à prescrição de crimes e abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos.

Existe a Lei do Feminicídio, (Lei nº 13.104/2015), que classifica o feminicídio como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando o crime é praticado contra uma mulher por razões de gênero. É possível citar, como rede de serviços, as delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAM), onde unidades da polícia civil são preparadas e especializadas para proteger contra a violência doméstica e sexual, além de conduzir investigações de crimes. É importante enfatizar que todas as delegacias podem fazer estes atendimentos, porém, nem todas são especializadas para receber esse tipo de denúncia e prestar o auxílio adequado. Também podemos citar o núcleo de atendimento às mulheres vítimas de violências (Ministério Público Estaduais) que é responsável por mover ações judiciais como ação penal pública, solicitar as investigações à Polícia Civil e demandas protetivas, além de fiscalizar atendimentos públicos e privados de atendimentos à vítimas de violências.

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher são os órgãos da Justiça Ordinária com competência civil e criminal. Esses, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento, e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar. Podemos inferir que, devido à pandemia da COVID-19, todos os estados brasileiros desenvolveram mecanismos remotos de atendimentos a violência doméstica e familiar. Assim, para serviços presenciais foram lançados aplicativos de denúncias, canais de *whatsapp*, e patrulhas de equipes para o combate à violência doméstica e sexual no país.

3.1 PROJETO DE LEI Nº 3.278/2023 DAS SRAS. DUDA SALABERT, TABATA AMARAL, CAMILA JARA E DO SR. PEDRO CAMPOS

O projeto de Lei nº 3.278/2023 estabelece normativas contra o preconceito às mulheres lésbicas aprovadas no governo de esquerda do PT Luis Inácio Lula da Silva.

“Cria o “Projeto de Lei nº 3.278/2023 Das Sras. Duda Salabert, Tabata Amaral, Camila Jara e do Sr. Pedro Campos que estabelece medidas para o combate da Lésbofobia na área da saúde no município de São Paulo e dá outras providências.

Art. 1º É instituído o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, a ser comemorado em 29 de agosto, anualmente. Parágrafo único. O Dia da Visibilidade Lésbica tem como objetivo celebrar e promover a visibilidade, a igualdade e o respeito às mulheres lésbicas, reconhecendo suas lutas, conquistas e contribuições para a sociedade. A data busca combater a discriminação, intolerância e o preconceito enfrentados por essa população, além de promover a conscientização sobre suas demandas e direitos. Art. 2º: O Dia da Visibilidade Lésbica será marcado por comemorações e atividades que visem promover a inclusão, o respeito e a valorização das mulheres lésbicas. § 1º A data a que se refere esta Lei poderá ser comemorada com ações como palestras, seminários, debates, exposições, manifestações artísticas, apresentações culturais, entre outros eventos, que contribuam para a visibilidade, o empoderamento e a valorização das mulheres lésbicas em todo o território nacional. § 2º As comemorações poderão ser realizadas por órgãos públicos, entidades da sociedade civil, organizações não governamentais, instituições educacionais e demais instituições interessadas em apoiar e promover a causa lésbica. Art. 3º: O poder público deverá promover campanhas de divulgação do Dia da Visibilidade Lésbica, visando sensibilizar a população sobre a importância da data, a luta das mulheres lésbicas por seus direitos e a necessidade de combater a discriminação e o preconceito. § 1º Essas campanhas poderão utilizar meios de comunicação tradicionais, redes sociais, eventos e demais canais de comunicação. § 2º O poder público poderá firmar parcerias com organizações da sociedade civil, ativistas e lideranças lésbicas, com o intuito de fortalecer as ações e promover o engajamento da sociedade na promoção do Dia da Visibilidade Lésbica. Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. e oitenta) dias após sua publicação. Às Comissões competentes.”

3.2 1º LÉSBICA CENSO NACIONAL

É uma iniciativa que promove as pesquisas de indicadores de vivências lésbicas realizando entrevistas semiestruturadas com lésbicas em todos os estados do Brasil. Isto é, essas entrevistas serão aplicadas e têm como foco a importância das informações sobre mulheres lésbicas e podemos destacar que o prazo é até dezembro de 2024.

O Ministério das Mulheres destaca a importância da realização da pesquisa, visto que os dados sobre as mulheres lésbicas não estão disponíveis por meios oficiais. A Secretaria Nacional de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política (SENATP), do Ministério das Mulheres, formou a iniciativa e terá como parceria a Universidade Federal do Paraná (UFPR). O Plano de Trabalho foi assinado pela Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e a vice-diretora da UFPR, Graciela Ines Bolson de Muniz, no dia 5 de dezembro de 2023.

O projeto terá como valor de gastos o equivalente a R\$ 250,00 mil, sendo custeado pelo Ministério das Mulheres. Ademais, o projeto contará com 130 entrevistas em todas as Unidades da Federação que contribuirão com a construção do estudo e os resultados serão divulgados via artigos científicos e e-books.

3.2.1 Mapeamento

Para fortalecer uma estratégia de redes para o enfrentamento de preconceitos e ataques conservadores e garantir o acesso aos direitos, como acolhimento, terá uma pesquisa quantitativa e qualitativa de informações, práticas e experiências lésbicas no país. Para o Ministério das Mulheres, o acesso aos dados e a oportunidade de reflexões é importante para organizações, redes, controle social, defesa de direitos humanos, acesso à moradia, saúde, segurança pública, entre outras políticas públicas sendo colaborativas para as mulheres LGBTQIA+.

3.2.2 Ações coordenadas

No mês de janeiro foi realizado o primeiro Fórum para Promoção de Estratégia para a Autonomia Econômica e Cuidado, Enfrentamento a Violência de Articulação Institucional de Políticas Públicas Lésbicas. É a maior participação política desse grupo, com representantes de movimentos sociais de lésbicas e outros ministérios para formulação das políticas.

Foi colocado como uma das principais pautas o debate para estratégias de enfrentamento de violência contra as lésbicas. Essas ações coordenadas levantam a questão de estratégias para que sejam garantidos os direitos sobre cuidado de atendimento, debate de igualdade de gênero, orientação sexual e apoio na elaboração de estudos de diagnósticos em diferentes territórios sobre as mulheres lésbicas.

3.2.3 Sobre o 1º Lesbo Censo Nacional

É o primeiro censo de coleta de informações sobre a situação de trabalho, educação, saúde, relacionamentos, relações familiares e redes de apoio lésbicas em todo o Brasil. Iniciado há dois anos, o levantamento é feito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com a Liga Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (LBL) contando com a Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras (CANDACES), Redes LésBiBrasil e a Articulação Brasileira de Lésbicas

(ABL).

Na primeira fase foram consultadas 22 mil lésbicas em todas as regiões brasileiras, sendo uma grande quantidade de dados inéditos sobre mulheres lésbicas no Brasil.

3.3 POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO ÀS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS PARA MULHERES LÉSBICAS

Existe uma política pública de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis voltada especificamente para mulheres no Brasil. Isso se deve ao fato de que a transmissão de infecções pode ocorrer facilmente durante o ato sexual entre mulheres, incluindo o sexo oral e o compartilhamento de acessórios sexuais.

É importante salientar que a transmissão de herpes genital, HPV, tricomoníase, clamídia, sífilis, e gonorreia ocorre de forma simples e rápida caso não haja cuidados. No entanto, o HIV é quase inexistente em pesquisas e estudos, de modo que não existem grandes resultados que comunicam sobre as taxas ocorridas de infecções.

As mulheres que têm relações sexuais com outras mulheres têm diversas identidades, comportamentos, práticas. Um estudo registrou que as mulheres lésbicas têm praticado o uso de estratégias para proteção e redução de doenças sexualmente transmissíveis. Apesar disso, os estudos feitos pela CDC (Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos) mostram que o uso de proteção de barreira com parceiras femininas (luvas durante o sexo genital-digital, preservativos com brinquedos sexuais e barreiras de látex ou plásticos) são usadas muito pouco.

Podemos citar que mesmo entre mulheres lésbicas (e não bissexuais) uma parcela já teve penetração masculina em algum momento da vida, ou seja, muitas mulheres foram forçadas a não aceitação da sexualidade ou pressionadas por parte de algum membro familiar, amigo. Temos ciência que para o motivo ainda ser tabu dentro de casa está relacionado ao preconceito em relação a sexualidade.

É importante frisar que, em postos de saúde, o profissional de saúde deve ser orientado pelo Ministério da Saúde acerca de todos os recursos necessários para auxiliar mulheres lésbicas no Brasil. Podemos citar que muitas mulheres lésbicas

acabam com doenças sexualmente transmissíveis devido à falta de informação a essa população vinda do Estado.

O texto abaixo cita sobre o movimento lésbico e a história de Cassandra Rios. O movimento lésbico teve datas comemorativas que tiveram um impacto para a criação de políticas públicas para as mulheres lésbicas. Isto é, cada movimento que percorre do movimento LGBTQIA+ e movimento de mulheres lésbicas transforma as políticas públicas ganhando visibilidade por uma política pública que é pouco citada no País.

Os eventos políticos marcantes do movimento LGBTQIA+ e das mulheres lésbicas no país são movimentos que traçam uma lógica linear em que as políticas para as mulheres lésbicas acabam ficando em evidência e auxiliam mulheres que sofrem preconceito a procurar entidades que protegem as lésbicas em situação de vulnerabilidade.

Em relação às pautas de movimentos lésbico e mulheres bissexuais, caracterizam-se como registro de citações que estabelecem normas de criação e mecanismo desde meados da década da ditadura até os dias de hoje. Também podemos citar a “operação sapatão” que mudou as políticas públicas de movimento lésbico, em que mulheres foram proibidas de frequentar lugares pelo fator histórico e pela sua sexualidade de ser lésbicas.

A história de movimentos lésbicos e autora lésbica Cassandra Rios que escreveu história românticas sobre mulheres que se relacionam com mulheres teve como parecer as políticas públicas e o conhecimento de mulheres importantes que se relacionam com outras mulheres que têm um grande espaço nos meios de comunicação e acabam referenciando políticas públicas de proteção às mulheres lésbicas. Isto é, a história de mulheres lésbicas são referências para planejamento de uma forma indireta na construção de políticas públicas. Assim, as mulheres com representação histórica contribuem para que o movimento esteja de acordo com a voz de mulheres nas Câmeras de Deputados, aos objetivos atuais das mulheres, ao seguimento de políticas necessárias para o bem comum e que contribuam com a política, a defesa, a economia, e o seu lugar de fala nas políticas públicas para as mulheres lésbicas no Brasil.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS LÉSBICOS E O CASO CASSANDRA RIOS

Podemos citar que o movimento relacionado aos homossexuais começou na mesma época que a ditadura. O movimento lésbico que buscava pela luta de direitos iguais começou a se tornar voz com a sua comunicação em universidade pública pelo país. Isto é, o governo autoritário e militares coordenavam as decisões políticas do país, e de ativistas e mulheres que tinham como sexualidade uma relação do mesmo sexo.

Em 2004 a 2008 temos debates, programas, projetos, e participação governamental da população alvo. Em 2011, foi criada a Política Pública Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. No governo do Luís Inácio Lula da Silva temos em 24 anos a primeira representante lésbica Fabiola Mansur do Partido Trabalhista.

O governo do Partido Liberal de Bolsonaro (PLS-PL), que comandou o Brasil de 2018 a 2022, com uma bancada evangélica, interrompeu e fez com que muitas políticas públicas e representantes ativistas de direitos como mulheres lésbicas não tivessem acesso a saúde pública oferecida ao Brasil. Isto é, ordenando cortes aos cofres públicos direcionados à saúde e educação sexual das mulheres lésbicas no Brasil. Assim, desde 2018 o governo brasileiro do comando de Bolsonaro deixou de desenvolver promoções de educação sexuais, principalmente voltadas a população lésbica. Com isso, a partir do governo de Bolsonaro, Partido Liberal, ocorreu uma precariedade nas políticas públicas para a população Lésbica no País.

Podemos citar que adolescentes e mulheres que afirmam sua identidade de gênero também não escapam das dificuldades que o sistema único de saúde oferece como a exposição sexual ao lado de um parentesco em que muitas mulheres são expostas a preconceitos. Além de casos de expulsão de casa devido à falta de políticas públicas de saúde que auxiliem a família a lidar com adolescentes lésbicas e acerca dos cuidados devidos dentro do ambiente cautelar e familiar, e dos cuidados fora de casa.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2023, já é lançado um projeto de Lei (PL nº 3.278/2023) da Deputada Duda Salabert (PDT/MG), Deputada Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV, Deputada Tabata Amaral (PSB/SP), Deputada

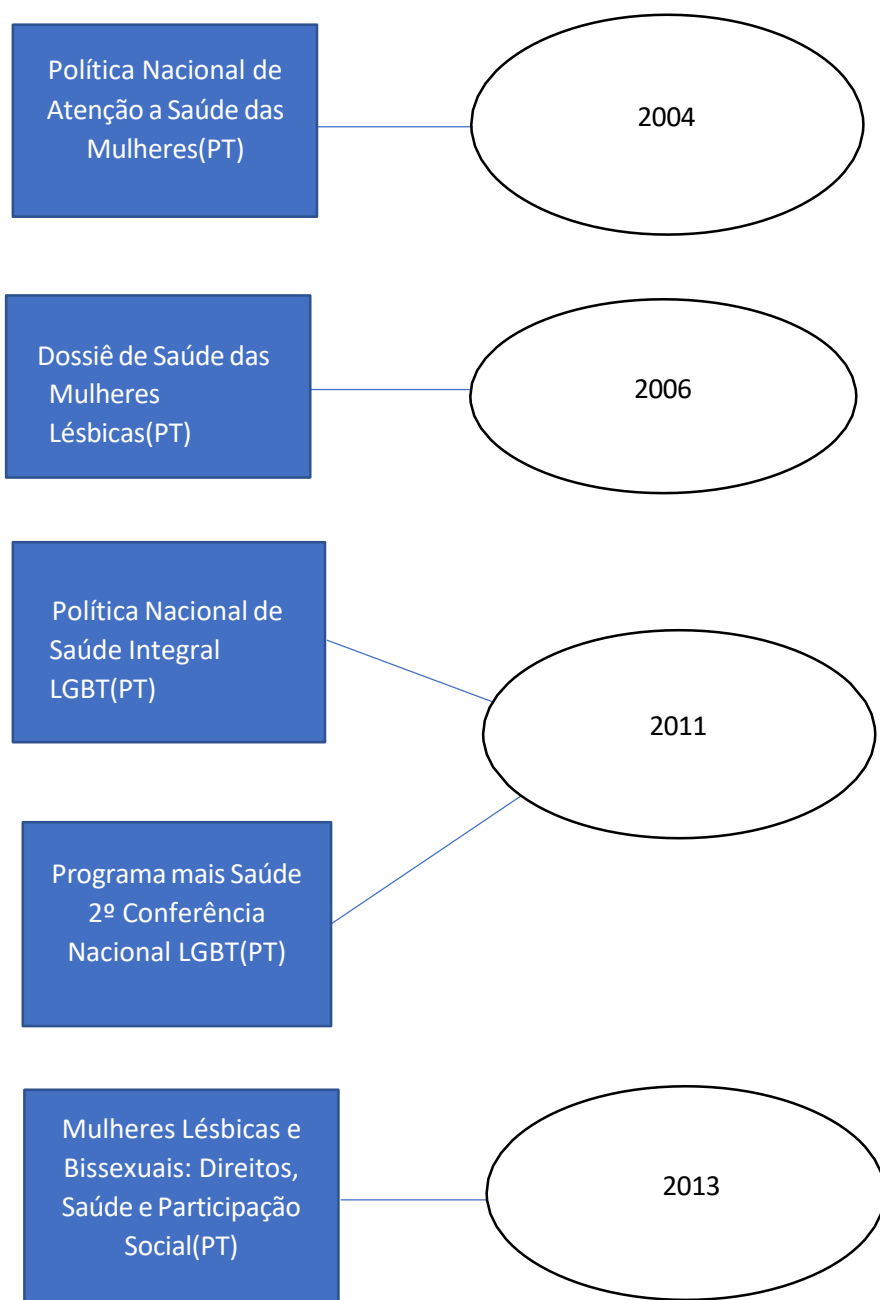
Pedro Campos (PSB/PE) para o combate da Lésbofobia na Saúde.

Quadro 1 - Datas importantes para comunidade lésbica

17 de outubro	Ação Lésbica Feminista	1981 a 1989
19 de agosto	Orgulho Lésbico	1996
29 de agosto	Visibilidade Lésbica	1996(FHC)
28 de junho	1º Parada de Orgulho Homossexuais	1998(FHC)
9 de julho	I Caminhada das Lésbicas e Simpatizantes	2005(PT)
	Bandeira Arco-Íris Lésbica	2003(PT)

Fonte: https://crp03.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Calendario-Feminista_Revisado.pdf

Figura 1 – Eventos Políticos marcantes para Mulheres Lésbica na Saúde



Fonte: elaboração própria.

4.1 PAUTAS DE MOVIMENTO LÉSBICAS NO BRASIL DA COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL E COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PRÓ LÉSBICAS E MULHERES BISSEXUAIS

Essas pautas são do movimento que regem normas para construção de enfrentamento de preconceito e pautas importantes para as mulheres lésbicas.

Figura 2 – Resistência Lésbica



Fonte: <https://www.institutoodeon.org.br/noticias/resistencia-lesbica-marca-abertura-do-mds>.

- 1) O fortalecimento do Sistema de Informação de Agravos e Notificação – SINAN para a construção políticas de proteção e o enfrentamento ao alto índice de violência contra mulheres lésbicas e bissexuais, contribuindo para produção de dados científicos que possam corroborar com a demanda social e política de movimento de lésbicas.
- 2) Os ambulatórios Estaduais direcionadas a população lésbica.
- 3) O incentivo de pesquisas sobre a feminização do HIV/Aids com recorte sobre as lesbianidades.
- 4) O maior debate de direitos reprodutivos das mulheres lésbicas dentro PAISM e garantia ampla de direitos de dupla maternidade.
- 5) A formação continuada de profissionais de equipamento públicos que atendem a população lésbica.
- 6) A construção política públicas específicas que garantam a segurança para as denúncias de crimes policiais, totalmente amparados pelos órgãos de segurança do Estado.
- 7) A criação de mecanismos legais e sociais que permitam o monitoramento das ações policiais com o objetivo de mitigar o abuso de autoridade e fornecer treinamento baseado em direitos humanos e diversidade aos policiais dentro penitenciárias e fora delas.

8) O acesso à justiça e reparação as mulheres lésbicas que passam por brutalidade policial, bem como acesso mais fácil ao tratamento psicológico, via defensoria pública e SUS.

9) A implementação da política de educação inclusiva, coerente com os parâmetros no Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Figura 3 – Operação Sapatão

OPERAÇÃO - SAPATÃO

— Pega aquela ali!

A estudante de 22 anos estava num ponto de ônibus da rua Martinho Prado, em São Paulo, na noite de 15 de novembro. Nem assim escapou da Operação-Sapatão do delegado Richetti.

— Parece que a gente tem uma estrela na testa — diz ela, um mês depois.

A rua Martinho Prado faz parte do *gueto* das lésbicas, palavra que elas usam para designar os bares que frequentam. Nessa rua está o Ferro's, o mais tradicional ponto de encontro desde a década de 60. Local de frequentadoras famosas, como as moças da seleção brasileira de basquete de vinte anos atrás. Quase todas da cidade de Piracicaba. Quando vinham à capital, iam pro Ferro's direto.


Mais recentemente, coisa de cinco anos pra cá, perto desse bar nasceram vários outros: Cachação, Canapé, Último Tango. Em 15 de novembro, todos esses lugares foram invadidos pela polícia. Quem fosse (ou tivesse cara de) lésbica, ia pro camburão. Não importava que tivesse documentos, carteira profissional assinada...

— Me levaram pra dentro do Cachação — conta a moça de 22 anos — e fui logo mostrando meus documentos. Mas o polícia disse: não interessa documento, você é **sapatão**.

O camburão deixou a moça — como também os outros 200 presos — na 4ª Delegacia de Polícia, numa travessa da rua Augusta. Ela ficou lá de meia-noite às três da manhã. E só saiu depois de dar dinheiro.

— Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas — continua a estudante — e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.

A moça — que não quis dar seu nome — diz que



O novo bar, só pra mulheres

numa certa altura começou a se falar em dinheiro. Ela escutou alguém na cela (uma assistente social encanada) dizer: eu pago 2 mil. Ai ela notou que ia ter que desembolsar alguma coisa pra sair livre e ficou apavorada:

— Eu só tinha 100 cruzeiros no bolso.

Ela não sabe direito quem recebia esse dinheiro das presas. ("Talvez um funcionário subalterno".) Sabe, sim, que quem dava mais saía mais cedo. E ela, uma das últimas, deixou os Cr\$ 100, apavorada:

— Pensei que não aceitassem tão pouco.

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas.

Um mês depois dessa operação, o ambiente na rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não terão sossego nem nos poucos bares "em que são confinadas", como se expressa a estudante de 22 anos.

Ela circula no *gueto* desde os 17 anos e precisa muito disso:

— Só nesses bares a gente encontra gente como nós, só lá somos aceitas, estamos em casa.

Fora desses lugares — em casa, no trabalho, na escola — o que existe é discriminação:

— Até na Universidade de São Paulo — continua a estudante — onde as pessoas se consideram avançadas, os homossexuais não são aceitos. Principalmente as lésbicas. No trabalho, quando descobrem, somos mandadas embora. Lá em casa minha mãe não consegue entender por que eu sou assim, por mais que eu tente mostrar a ela que estou bem assim, não tenho nada de anormal.

No emprego, pra se manter, a lésbica tem que trabalhar mais do que as outras, pois além de tudo ela não val dar pro patrão.

Agressões verbais na rua ela ouve demais. Acha que o homem vê na lésbica uma rival:

— O homem pensa assim: essa aí não dá pra mim e ainda pode roubar minha mulher.

Pra lutar contra essas violências dirigidas às lésbicas e aos homossexuais, já existem oito grupos organizados em São Paulo. Dois mistos, quatro de homossexuais e dois de lésbicas. Todos estão em formação, pois começaram mesmo nos primeiros meses de 1980, quando o delegado Richetti promoveu os famosos *rondões* que caçavam travestis. Para esses grupos organizados, as ações da polícia em novembro foram uma continuação daqueles *rondões*. Mas, apesar desse clima todo, a dona do bar Cachação, conhecida por *Pelé*, não está muito preocupada e até fala bem de Richetti:

— Conversei com ele, fui muito bem tratada e concordei com ele em que a **Operação-Sapatão** foi um mal necessário. Havia maus elementos que frequentavam aqui e agora sumiram.

Confiante nos negócios, *Pelé* inaugurou, no dia 11 de dezembro, uma nova boate. Só para mulheres.

Omar Cupini Jr.

REPORTER Nº 37 - JANEIRO DE 1981 - PÁGINA 15

4.2 A OPERAÇÃO SAPATÃO

A operação sapatão foi realizada no dia 15 de novembro de 1980 de forma violenta e arbitrária e realizada pelo delegado Richetti, sendo alvo as mulheres lésbicas que frequentavam bares Ferro's Bar, Último Tango, Bexiguinha e Cachação, todos na Rua Martinho Padro em São Paulo. Na operação foram realizadas abordagens de mulheres sendo presas e tiveram que pagar para serem liberadas mesmo mostrando a documentação.

O delegado José Wilson Richetti foi um grande violador de direitos dos homossexuais. O delegado perseguia e violentava as mulheres lésbicas, assim o primeiro ato público do movimento LGBT do Brasil realizado na escadaria do Theatro Municipal pedindo que a violência policial estivesse com os dias contados para o fim.

As lésbicas feministas estenderam uma faixa com cujo dito “Pelo Prazer Lésbico” uma frase com simbologia, força e coragem que até hoje é citada com amor por diversas mulheres lésbicas.

Figura 4 – Cassandra Rios



Fonte: <https://museubajuba.org/cassandra-faz-90-anos>

Cassandra Rios é a primeira autora lésbica na história da Ditadura Militar e

foram cerca de 50 obras publicadas e 36 livros censurados. A carreira de Cassandra Rios iniciou-se em 1948, quando ela tinha 16 anos, e publicou o livro *A Volúpia do Pecado*, uma história de amor entre duas adolescentes, tornando-se a primeira autora brasileira de romances lésbicos.

Os exemplares de seus títulos foram lançados aos anos da ditadura entre 1964 e 1985 no Brasil. Isso é, a autora tendo o nome como proibido e censurado, não poderia publicar conteúdo de textos ao desejo afetivo e sexual entre mulheres do mesmo sexo. A autora Cassandra Rios brigou pela sua liberdade de expressão e não parou de escrever seus contos românticos para as mulheres.

5 ENTREVISTAS

As entrevistas realizadas tiveram como abordagem o método qualitativo e envolveram a entrevista somente de três mulheres. Podemos citar que as duas entrevistadas passaram por uma entrevista presencial de 15 minutos cada e a outra foi feita de forma virtual que preencheu o volume de respostas feitas.

Podemos citar que as entrevistas se sentiram a vontade para responder em torno de 15 a 20 perguntas. A primeira entrevistada é a Roberta da Cerveja Sapatista e dona de um bar para as mulheres lésbica em Porto Alegre. A Roberta conta que tem em torno de 26 funcionárias empregadas lésbicas e bissexuais e que contribuiu para o movimento de responsabilidade social às mulheres lésbicas. A entrevistada cita como foi o processo de se assumir e o quanto o impacto de gerações tornou isso possível visto que hoje existe um menor preconceito para as mulheres que se relacionam com outras mulheres. A Roberta se considera da cor branca e também se sentiu à vontade para responder questões de cunho pessoal. Meu método de entrevista com a Roberta foi qualitativo e quantitativo em avaliações.

A segunda entrevistada é Thaís Jardim e consegui entrevistá-la de forma virtual. Ela também se sentiu à vontade para responder em torno de 15 a 20 perguntas. Thaís conta que seu processo social e de sua sexualidade decorre de ganhos com a política pública, porém menciona ainda ser necessário o desenvolvimento de mais políticas públicas para que a pauta tivesse maior visibilidade, mesmo considerando-se que existe um preconceito menor em relação há décadas atrás.

Também podemos citar que a Tuane Santos se sentiu a vontade em responder em torno de 15 a 20 perguntas, de forma presencial. Ela diz que seu processo social foi impactado por referências lésbicas aos seu redor e também a sociedade externa como amigos e conhecidos, também cita a falta de políticas públicas, necessárias, especialmente, em relação à proibição de preconceitos sejam eles em comunicação oral ou visual com as mulheres desfem (mulheres que se identificam com sexo feminino porém, se vestem com roupas de outro gênero).

Ainda, infere-se que as perguntas foram feitas de forma livre, e deixei as entrevistadas o máximo à vontade para que se sentissem no processo social de

ajuda na criação de futuras políticas públicas para as mulheres lésbicas, seja no voto como também em sociedade e no decorrer dos dias.

Roberta da Cervejaria Sapatista

A Roberta cita a sua idade com 38 anos e mora na região de Porto Alegre. A entrevistada participou em uma atividade por ser lésbica o “chamado sapatista” na parada livre LBGQTQIA+.

A Roberta menciona que quando se assumiu passava dificuldades em andar de mãos dadas com a sua namorada. A entrevistada conta que demorou um pouco para se descobrir e que a performou com as roupas masculinas do seu irmão e que suas amigas sabiam da sua sexualidade antes mesmo dela se descobrir.

A Roberta cita que a palavra sapatão foi apropriada há 11 anos atrás. Além disso, informa que não frequenta o transporte público devido a possuir outra locomoção. A entrevistada cita que quando deixou os pêlos da axila crescerem sofria muito preconceito. Também cita que ganha até mais que um salário-mínimo ou mais.

A Roberta conta que é bióloga formada e tem mestrado em Botânica. E cita que não tem religião e por muito tempo considerava a sua área de partido político como anarquista. Porém, não possui nos dias de hoje uma área partidária.

A Roberta cita que algumas pessoas da família não lidaram muito bem com a sua sexualidade. Porém, respeitaram a sua orientação sexual. A entrevistada conta que passou por dificuldades financeiras devido à falta de empregos por assumir a sua sexualidade, e que o seu primeiro emprego foi em uma empresa chamada Atento em que a empresa fornecia empregos às pessoas que eram consideradas excluídas pela sociedade.

A Roberta cita que passou por violência doméstica pelo fato de ser lésbica. A Roberta tem um bar chamado Ninkaski Bar e tem funcionárias bissexuais, e tem como o propósito a construção de um espaço protagonizado para as mulheres lésbicas.

A entrevistada cita a falta de igualdade como em salários, os estupros e assédios ocorridos feitos pelos homens. A Roberta cita que a zona central se tornou

mais fácil assumir a sexualidade, mas que na periferia e no interior se torna mais complexo.

Thaís Jardim

A Thaís tem a idade de 28 anos e reside em Porto Alegre e cita que a sua participação em atividades lésbica foi em entrevistas para estudos e na Parada Livre LGBTQIAP+ que acontece em Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

A Thaís descreveu como uma mulher lésbica se sente no transporte público e que a principal questão para a entrevistada é o sexo feminino que se sente assediado pelos homens e que descreve uma forma de coação porque os homens se sentem no direito de invadir o espaço das mulheres.

A entrevistada tem uma renda salarial em média de um salário-mínimo e cursa graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A Thaís não possui religião praticante, mas frequenta a doutrina espírita. A entrevistada conta que sempre soube de sua orientação, e por ser preta enfrentou algumas questões relacionadas, mas que a família recebeu bem a sua orientação. A Thaís conta que a família recebeu bem quando se assumiu de forma direta, e de forma indireta com alguns empecilhos.

A entrevistada conta que as dificuldades financeiras, em sua opinião, ocorrem muito com as mulheres *desfem* por conta do preconceito, mas que não passou dificuldades financeiras devido ao fato de ser lésbica.

A entrevistada identifica que existem carências para as políticas públicas para as mulheres lésbicas, principalmente na saúde da mulher, como o uso devido de preservativos e o combate a doenças sexualmente transmissíveis entre mulheres.

A entrevistada cita a falta de acolhimento da família, e a questão de ser mãe sobre a inseminação artificial, como a falta de divulgação do SUS que é gratuito, e que a inseminação artificial se torna mais fácil quando feita por casais heterossexuais ou gays e com mais dificuldades para as mulheres lésbicas.

A Thaís cita que não acompanhou pessoas com dificuldades para se assumir na sua geração. A entrevistada cita que existem poucas políticas públicas, como a

falta de censo para as pesquisas para as mulheres lésbicas.

Tuane dos Santos

A Tuane tem a idade de 28 anos e reside em Alvorada e cita que a sua participação em atividades lésbicas foi somente na Parada Livre LGBTQIAP+ que acontece em Alvorada e em Porto Alegre no Rio Grande do Sul.

A Tuane descreveu como é ser uma mulher lésbica no transporte público e cita que não sofre preconceito por ser uma mulher que usa roupas que remetem ao estilo “afeminada”.

A entrevistada tem uma renda salarial de até um salário-mínimo e era estudante do ensino médio.

A Tuane possui religião praticante e tem como crença o catolicismo.

A entrevistada conta que quando se assumiu a sua família, principalmente a sua mãe, acabou contestando a sua orientação e que não a respeitava pelo fato de ser uma mulher que se relacionava com outra mulher.

A Tuane cita que nunca passou dificuldades financeiras por ser uma mulher lésbica e que não sofreu preconceito quando assumiu a sua orientação sexual.

A entrevistada acredita que existam carências significantes para as mulheres lésbicas sobre as políticas públicas, principalmente na saúde da mulher e a educação para a diminuição do preconceito em escolas, trabalhos e lugares de convívio com outras pessoas de diferente orientação sexual.

A entrevistada cita a falta de acolhimento familiar que ocorre em muitos casos, e que existe um preconceito muito grande de se relacionar com outra mulher, principalmente quando a mulher seja *desfem*.

A Tuane nunca acompanhou pessoas que tiveram dificuldades em assumir a sua orientação sexual.

A entrevistada cita que existem poucas políticas públicas para as mulheres lésbicas, e que teria que ter mais prevenção de combate ao preconceito enfrentado pelas mulheres, e que os governos tinham que ter mais responsabilidade no

incentivo de evitar que a sociedade prejudique uma pessoa por ser *desfem* ou mesmo considerada “afeminada” e sofrer preconceitos na sociedade.

Quadro 2 – Resultados das Entrevistas

	Geral	Todas as Mulheres	Metade das Mulheres
Porto Alegre - RS			50%
Participou de alguma atividade por ser lésbica	Parada LGBTQIAP+	100%	
Sofreu preconceito no transporte público	Sexualidade Feminina		50%
Nível Sócio Econômico igual ou maior a um salário-mínimo			50%
Raça Preta			20%
Raça Branca			80%
Tem formação área			50%

Partido Político			30%
Idade que se assumiram	16-23		
Dificuldades para se assumirem			50%
Dificuldade Financeiras			50%
Violência Doméstica			50%
Relação de órgãos e governos com a comunidade lésbica			20%
Políticas Públicas para as mulheres lésbicas			50%
Falta de Políticas Públicas		100%	

Fonte: elaboração própria.

5.1 A ABORDAGEM E MÉTODOS DAS ENTREVISTAS

As entrevistas tiveram como abordagem como a mulher lésbica teve dificuldades para assumir sua orientação sexual. E como a falta de políticas públicas é uma preocupação para a defesa de direitos humanos.

Podemos abordar as dificuldades vinculadas a geração das mulheres lésbicas assumidas e a facilidade em lidar com o assunto nos dias de hoje.

Apontamos as perguntas criadas abaixo:

Nome; idade; localização; região da cidade; o que se sabe sobre a cultura lésbica; atividade que participou sobre ser lésbica; como se sente no transporte

público; descrição do local que participou de comunidade LGBT; dados básicos da mulher lésbica (nível sócio econômico/racial/faixa etária); área de formação; se possuem religião; se tem alguma área de partido político; quando assumiram orientação sexual; qual a idade que assumiu a sexualidade; teve dificuldades ou preconceitos; a família como viu sobre a relação lésbica; teve dificuldades financeiras; passaram por alguma violência doméstica; concluíram a escola; quais as principais carências que identifica nas atividades lésbicas; como é a relação vista com os governos e órgãos estatais com a comunidade; como é acompanhar as pessoas que passam por dificuldades para se assumir; quais as principais políticas públicas para as mulheres lésbicas; quais as faltas de políticas públicas para as mulheres lésbicas.

A metodologia utilizada nessas entrevistas foi quantitativa avaliada através da porcentagem das entrevistas. Mencionamos que 50% das mulheres entrevistadas moram em Porto Alegre ou região metropolitana. Também podemos abordar que 100% participam de alguma atividade por ser lésbica. O nível socioeconômico é 50% financeiro maior que um salário-mínimo e 50% até um salário-mínimo. A raça dessas mulheres é 20% preta e 80% são mulheres brancas. As entrevistadas têm área de formação ou cursam superior e nível médio. Podemos citar que 30% apresentam partido político e 70% não se consideram partidárias. A maioria se assumiu com idade entre 16 e 23 anos. Também enfrentaram dificuldades para se assumir 50% das mulheres. Apontamos que 50% sofrem violência doméstica e 20% acreditam que o Governo tem participação e 50% citaram políticas públicas para a comunidade, e 100% citam a falta de políticas públicas para as mulheres lésbicas.

5.2 CONCLUSÃO DAS ENTREVISTAS

Podemos concluir nas entrevistas que as mulheres lésbicas da região central tiveram mais facilidade em assumir sua orientação sexual e as mulheres da região periférica sofreram com maiores dificuldades. Também podemos citar que as mulheres que se descobriram lésbicas antes do século 20 tiveram uma grande dificuldade devido ao preconceito que era mais expansivo por questões culturais. É também citado que acompanhando os dias de hoje as mulheres lésbicas têm mais facilidades em falar sobre os assuntos como se assumir, a facilidade de falar sobre sexo, a quebra de tabu sobre saúde sexual, a participação em defesa do movimento,

a etapa do mercado de trabalho e em assumir o seu posto como uma mulher que é participativa em cargos de grandes profissões e representa a comunidade como citamos a Fátima Bezerra (PT) governadora do Rio Grande do Norte.

Também podemos apontar para o crescimento de mulheres lésbicas formadas no ensino médio e no nível superior e como as mulheres lésbicas se assumiram em uma idade relacionada a adolescência.

Podemos concluir que as entrevistadas não tiveram dificuldades em assumir a orientação sexual, porém enfrentaram preconceitos familiares ou de pessoas em geral. Também concluímos que as mulheres entrevistadas alegam que em grande parte passaram por dificuldades por se assumirem lésbicas.

Também podemos citar que a metade das mulheres lésbicas enfrentaram violência doméstica dentro ou fora de casa. E que menos da metade das mulheres lésbicas acreditam na participação de governos com a comunidade lésbica. Também podemos concluir que as políticas públicas para as mulheres lésbicas têm como oportunidade a participação das políticas nas vidas das mulheres que se assumiram.

A conclusão é que a falta de políticas públicas de mulheres lésbicas é de grande dimensão e que isso acaba atrapalhando a evidência de grandes conquistas para as políticas públicas e defesa das mulheres lésbicas em situação de vulnerabilidade.

O presente trabalho conclui que as políticas públicas precisam ser evidenciadas e conhecidas para a gestão do enfrentamento dos preconceitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi apresentado com o objetivo de mostrar a história e as Políticas Públicas para as mulheres lésbicas. Tendo como objetivo colocar em tese a importância da história evidenciando a tese de gênero que aponta, ainda, marcantes datas e leis relacionadas à defesa das mulheres.

Podemos citar que o trabalho destacou o conceito de cidadania de gênero e o quanto as mulheres são colocadas em segundo lugar perante a sociedade. Temos também, como apresentado no trabalho, a história da Cassandra Rios e a “operação sapatão” que foi comandada pelo delegado José Wilson Richetti como uma forma de deflagrar o espaço e a comunidade LGBTQIA+ e tendo como cultura a lesbofobia.

O presente trabalho destacou fatos históricos de Gênero e a Legislação brasileira como políticas públicas para as mulheres em defesa de protegê-las de violência doméstica sexual e virtual. Temos apresentado como o governo e o movimento lésbico proclamaram o crescimento de direitos para as mulheres lésbicas no Brasil. Também podemos citar que o trabalho apresentou datas e eventos marcantes.

Ainda, apresentaram-se pautas de movimentos que ajudam na defesa de direitos das mulheres lésbicas. Também foi debatido o Projeto de Lei nº 3.278/2023 da Deputada Duda Salabert (PDT/MG), Deputada Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV, Deputada Tabata Amaral (PSB/SP), Deputado Pedro Campos (PSB/PE) para o combate da Lesbofobia na Saúde, sendo o primeiro projeto a defender os direitos das mulheres lésbicas no Brasil.

Foi citado no texto o 1º LesboCenso de pesquisa das mulheres e a política pública de prevenção de doenças sexualmente transmitidas que tem grande importância na saúde das mulheres lésbica no Brasil. Ademais, o trabalho apresentou entrevistas feitas com mulheres que apresentaram o seu ponto de vista como a dificuldade de se assumir e a violência doméstica sofrida no ambiente de trabalho e outros ambientes de convivência.

Por fim, o presente trabalho é um marco de história e direitos conquistados pelas mulheres e um trabalho feito para auxiliar pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, em defesa dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Ministério das Mulheres assegura realização de nova etapa do 1º LesboCenso Nacional**. 05 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/janeiro/ministerio-das-mulheres-assegura-realizacao-de-nova-etapa-do-1o-lesbocenso-nacional>.

CARLOTO, Cássia Maria. **O CONCEITO DE GÊNERO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS**. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_gênero.htm.

FERREIRA, Maria Teresa. Visibilidade Lésbica: queremos políticas públicas para garantia do bem-viver. **Brasil de direitos**. 29 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasilledireitos.org.br/atualidades/visibilidade-lsbica-queremos-politicas-pblicas-para-garantia-do-bem-viver>.

FONSECA, Celle. A história de luta das lésbicas no Brasil. **Medium**. 17 ago. 2020. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/a-hist%C3%B3ria-de-luta-das-l%C3%A9sbicas-no-brasil-7f31030ada6b>.

KUMPERA, Julia. **É suspeito ser lésbica?** Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/e-suspeito-ser-lesbica/>.

LESBOCENSO. Disponível em: <https://lesbocenso.com.br/>.

MEMÓRIA E DITADURA NAS ESCOLAS DO DF. **Da "Operação Sapatão" ao Dia do Orgulho Lésbico: memórias lésbico-feministas durante a Ditadura**. 4 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaditadura.wixsite.com/memoriaehistoria/post/da-opera%C3%A7%C3%A3o-sapat%C3%A3o-ao-dia-do-orgulho-l%C3%A9sbico-mem%C3%B3rias-l%C3%A9sbico-feministas-durante-a-ditadura>.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **Ciclo de Políticas Públicas**. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.leg.br/escoladoparlamento/wp-content/uploads/sites/5/2016/02/Vanessa-EliasAula_Introdu%C3%B7%C3%A3o-Ciclo-de-Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas.pdf.

SÃO PAULO. Câmara Municipal de São Paulo. **Projeto de Lei nº 487/2023 da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico (PSOL)**. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0487-2023.pdf>

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O que é uma política pública e como ela afeta sua vida?** 02 mai. 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/o-que-e-uma-politica-publica-e-como-ela-afeta-sua-vida/>.

Política, Legislação para o gênero feminino em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/04/conheca-as-leis-e-os-servicos->

[que-protegem-as-mulheres-vitimas-de-violencia-de-gênero.html](#)

Conceito de Cidadania de Gênero em:

<https://gêneronaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-1-jussara-para.pdf>

Doenças sexualmente transmissíveis entre lésbica em:

https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2021_04_16_CartilhaSaudeLGBT.pdf